

Regionalismo e conservadorismo na Bolívia: O Comitê Cívico Pró Santa Cruz frente ao governo Evo Morales

Regionalism and conservatism in Bolivia: The Pró Santa Cruz Civic Committee against the Evo Morales government

Joallan Cardim ROCHA*

Resumo: Nas primeiras décadas do século XXI, a questão regional e territorial tornou-se um tema central nos embates e disputas políticas na Bolívia, constituindo-se em uma das principais causas dos conflitos e da instabilidade institucional do país. As raízes e a persistência dos conflitos entre o Estado boliviano e as regiões podem ser rastreados na heterogênea e abigarrada formação social do país e na crônica fragilidade do Estado. Diferentes setores e regiões interpelam o Estado boliviano reivindicando maior autonomia política, cultural, econômica, territorial, jurídica e administrativa. O caso mais emblemático ocorre no Departamento de Santa Cruz. O objetivo deste artigo é compreender o discurso e a ação das elites regionais cruceñas, a partir da relação entre o Comitê Cívico Pró Santa Cruz e o governo Evo Morales (2006-2019). Partimos da hipótese de que as demandas e reivindicações regionais, impulsionadas pelas elites econômicas e políticas cruceñas durante o governo Evo Morales, constituíram a base para o surgimento de uma oposição regional conservadora que se articulou em torno ao Comitê Cívico Pró Santa Cruz. A revisão da literatura e a pesquisa documental realizou-se a partir de três eixos temáticos: a questão regional na Bolívia, o regionalismo cruceño e a identidade camba-cruceña. Conclui-se que a dinâmica política e territorial do conflito em Santa Cruz nas últimas duas décadas combinou demandas regionais com uma agenda política conservadora que aproximam o movimento regional cruceño aos novos fenômenos da direita radical latino-americana.

Palavras-chave: Santa Cruz; Regionalismo; conservadorismo.

Abstract: In the first decades of the twenty-first century, regional and territorial issue became a central theme in Bolivia's political clashes and disputes, constituting one of the main causes of conflicts and institutional instability in the country. The roots and persistence of the disputes between the Bolivian state and the regions can be traced to the heterogeneous and pervasive social formation of the country and the chronic fragility of the state. Different sectors and regions call on the Bolivian State to demand greater political, cultural, economic, territorial, legal, and administrative autonomy. The most emblematic case occurs in the

* Brasileiro. Licenciado e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre (2016). Atualmente é Professor do Instituto Federal da Bahia (IFBA), doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e integrante do Laboratório do Pensamento Político (PEPOL). ORCID: 0000-0003-2241-1284. E-mail: <joallanrocha@gmail.com>

Department of Santa Cruz. The objective of this article is to understand the discourse and action of the regional elites of Cruceña, based on the relationship between the Civic Committee Pro Santa Cruz and the Evo Morales government (2006-2019). We start from the hypothesis that, during the Evo Morales government, the regional demands and demands, driven by the economic and political elites of Cruceña, constituted the basis for the emergence of a conservative regional opposition articulated around the Civic Committee for Santa Cruz. The literature review and documentary research were carried out based on three thematic axes: the regional question in Bolivia, Cruceño regionalism, and the Camba-Cruceña identity. It is concluded that the political and territorial dynamics of the conflict in Santa Cruz combined regional and corporatist demands with a conservative political agenda that brought the regional movement closer to the new phenomena of the Latin American radical right.

Keywords: Santa Cruz; Regionalism; conservatism

Recibido: 7 de diciembre de 2023

Aceptado: 28 de octubre de 2024

Introdução

Nas primeiras décadas do século XXI, a questão regional e territorial tornou-se um tema central nos embates e disputas políticas na Bolívia e uma das principais causas dos conflitos e da instabilidade institucional do país (Roca, 2009; Suárez et al., 2023). Para o sociólogo René Zavaleta (2009, p. 214), a Bolívia caracteriza-se por ser uma formação econômico-social marcadamente heterogênea e *abigarrada*, em que sobrevivem “verdaderas densidades temporales mezcladas [...], no sólo entre sí del modo más variado, sino también con el particularismo de cada región, porque aquí cada valle es una patria”. Esta característica relaciona-se com uma persistente fragilidade do Estado, “de tal manera que ningún gobierno pudo aspirar a una legitimidad derivada de representar los intereses generales de la sociedad” (Errejón, 2011, p. 364). Ambas as características ajudam a explicar a intensidade dos conflitos entre o Estado e as regiões, bem como a incapacidade das elites econômicas e políticas do país de viver o território como um fato nacional (Zavaleta, 1986).

Em diferentes contextos históricos, setores sociais e regiões interpelam o Estado central reivindicando maior autonomia política, cultural, econômica, territorial, jurídica e administrativa. Desde a sua fundação, “las regiones compiten por influir en la dirección del Estado y cuestionan permanentemente sus actos y formas de asignación de recursos, acusándolo de centralista y autoritario, lo cual ha sido constante a lo largo de la historia nacional” (Roca, 2009, p. 69 apud Vasquez, 2015, p. 51-52). O caso mais emblemático ocorre no Departamento de Santa Cruz¹, localizado no Oriente boliviano, em que as elites regionais², em

¹ Santa Cruz é um dos nove departamentos que formam o Estado Plurinacional da Bolívia. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) Santa Cruz é o maior departamento em extensão territorial e possui uma população estimada em 3,3 milhões de habitantes. O PIB departamental corresponde a 30% do PIB boliviano (34 bilhões de dólares). O departamento destaca-se pela produção agroindustrial, pecuária e hidrocarbonetos. A produção de soja corresponde a 70% das áreas cultivadas no departamento.

² Ao utilizar a categoria “Elites Regionais Cruceñas” nos referimos ao “bloco econômico-político dominante” no departamento de Santa Cruz que reúne a oligarquia latifundiária vinculada ao cultivo da soja e à pecuária, os núcleos corporativos empresariais

aliança com distintos setores populares, protagonizaram ao longo dos séculos XX e XXI, importantes conflitos contra o centralismo (Cejis, 1994; Vasquez, 2015; Claros, 2007; Seleme, 1985; Pruden, 2012; Flores, 2002).

O objetivo deste artigo é compreender o discurso e a ação das elites regionais cruceñas, a partir da relação entre o Comitê Cívico Pró-Santa Cruz e o governo Evo Morales (2006-2019). Compreende-se o Comitê a partir de uma dupla dimensão: instituição cívica representativa dos interesses regionais cruceños e movimento social conservador (Peña, 2003; Claros, 2009; Eaton, 2007). Esta entidade, fundada em outubro de 1950, por iniciativa de jovens universitários filiados ao partido político de inspiração conservadora e nacionalista, a Falange Socialista Boliviana (FSB)³, se define como “el gobierno moral de los cruceños” e possui aproximadamente 220 organizações filiadas, adquirindo, desde a sua fundação, uma importante legitimidade e capacidade de mobilização política e social a nível local e regional (Eaton, 2007; Whitehead, 1972). Contudo, a partir de 2006, com a eleição de Evo Morales, o Comitê tornou-se o principal núcleo articulador da oposição, empregando a identidade territorial e regional como estratégia de mobilização política e um sólido discurso “etnoregionalista” em oposição ao “novo” Estado Plurinacional e ao governo Evo Morales (Argirakis, 2011 e 2016; Eaton, 2007 e 2011). A seguir, apresentam-se algumas definições teóricas e históricas sobre a questão regional e as origens do regionalismo cruceño.

O regionalismo cruceño: uma construção social e histórica

As causas e a persistência dos conflitos e disputas regionais na Bolívia podem ser rastreadas ao longo de toda sua história, mais precisamente desde a sua constituição enquanto Estado independente, em 1825. O historiador José Luis Roca (1935-2009), em sua principal obra, *Fisionomía del Regionalismo Boliviano*, afirma que “la historia de Bolivia no es la historia de la lucha de clases. Es más bien la historia de sus luchas regionales” (Roca, 1999 [1979], p. 41). Este argumento, posteriormente sintetizado pelo autor, considera o regionalismo “la contradicción principal de la sociedad boliviana, y mientras no se resuelva, el país no podrá consolidar su institucionalidad ni emprender acciones eficaces para desarrollarse” (Roca, 2009, p. 74). Sua obra possui o mérito de situar a centralidade da questão regional e territorial no conflito político boliviano e sua capacidade de mobilizar, dirigir e unificar distintos grupos sociais em torno às demandas e lealdades regionais. Para o autor, “el regionalismo actúa guiado por una ideología elitista, la cual, no obstante, se constituye en vanguardia de un agregado social heterogéneo” (Roca, 2009, p. 71). O discurso de denúncia do centralismo busca incorporar de maneira subalterna e sob uma mesma identidade política, cultural e ideológica os diferentes grupos sociais que compõem o espaço regional (Claros, 2007; Claros, 2009).

Esta supra ideologia imagina a região como o elemento determinante da história nacional boliviana, em que os objetivos, interesses, aspirações e reivindicações regionais se apresentam acima de qualquer demanda particular ou setorial (Argirakis, 2011). Portanto, o regionalismo cruceño, enquanto ideologia e

como a Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo de Santa Cruz (CAINCO), a Câmara Agropecuária do Oriente (CAO) e as entidades políticas como o Comitê Cívico Pró-Santa Cruz e a União Juvenil Cruceñista (Salmon, 2007, Claros, 2007, Argirakis, 2016, Tapia, 2013).

³ A Falange Socialista Boliviana (FSB) é um partido político fundado em 15 de agosto de 1937 por estudantes universitários, inspirados no falangismo espanhol. Seu principal ideólogo e dirigente foi Oscar Unzága de la Vega, morto durante um levantamento armado contra o governo do MNR, em 19 de abril de 1959. A FSB aliou uma mística nacionalista com uma forte ideologia corporativista, tradicionalista católica, anticomunista e autoritária tendo como lema “Deus, Pátria e Família”. Após a Revolução nacional de 1952 transformou-se no principal partido de oposição aos governos do MNR. Em 1971 apoiou o golpe militar de extrema direita dirigido pelo coronel Hugo Banzer (Anaya, 1966; Ballivian, 2010).

discurso político das elites locais dilui os conflitos de poder ao interior das regiões, e os converte em espaços homogêneos, sem conflitos de classe em seu interior (Soruco, 2008).

Con esta supra ideología se fundamenta la lucha entre regiones, que pone acento en la oposición dual y excluyente de las contradicciones entre nacionalismo y regionalismo, que a criterio de la *inteligentzia* cruceña, es la verdadera naturaleza y esencia de la disputa política en Bolivia. El argumento de lucha entre regiones desplaza e inhibe centralidad al debate sobre la lucha de clases y demás luchas y narrativas de emancipación que pudieran surgir entre y desde el oriente (Argirakis, 2011, p. 45).

Para compreender a natureza deste discurso e da problemática regional cruceña é preciso uma abordagem em que classe, identidade étnico-cultural, território e discurso regional conformam categorias que se interrelacionam no processo histórico concreto e se encontram organicamente articuladas no discurso regionalista cruceño. Compreende-se assim que a região não é um dado, mas uma construção social e histórica, e uma representação imaginária (Ostria, 2011). Como nos apresenta a historiadora Rossana Barragán:

si la dimensión regional ha sido y es fundamental en la dinámica social histórica de Bolivia, al igual que la dimensión étnica y la de los movimientos sociales y de clase, es claro también que la oposición regional puede acompañarse y revestirse de oposiciones étnicas e incluso liderazgos de clase como ocurre en la polaridad occidente/oriente, collas altiplánicos versus cambas de tierras bajas, indígenas versus blancos, q'aras o hispano-mestizos, tradición versus modernidad, colectivismo y pasado versus iniciativa privada y futuro promisorio, pueblo(s) versus oligarquías (Barragán, 2009, p. 93).

A partir da década de setenta do século XX, o departamento de Santa Cruz deixou de ser uma região de apoio às atividades agrícolas para se tornar o motor da economia boliviana. A capital do departamento, a cidade de Santa Cruz de la Sierra, tornou-se a principal metrópole agroindustrial, comercial e financeira da Bolívia. Os investimentos na região, impulsionados pela Revolução Nacional de 1952, motivaram um importante desenvolvimento econômico e um acelerado processo migratório rumo ao departamento (Prado, 2007; Sandoval, 2003; Lavaud, 1998).

Paralelo ao fortalecimento econômico da região, as elites regionais e a intelectualidade cruceña, vinculadas sobretudo ao controle e ao monopólio da terra, construíram instituições capazes de irradiar aos mais diferentes setores e estratos da sociedade um poderoso discurso regionalista em torno à existência de uma “identidade cruceña-camba”, culturalmente distinta e oposta ao restante do país, que se vincula ao progresso, ao desenvolvimento e à modernidade; enquanto os indígenas “collas”⁴ do ocidente foram representados e associados ao atraso, à pouca produtividade e à instabilidade política permanente (Assies, 2006). A seguir, buscamos rastrear as origens deste discurso e sua relação com os interesses econômicos e políticos das elites regionais do departamento de Santa Cruz.

⁴ O termo colla – que hoje existe na oposição aos cambas – deriva dessa distribuição e diferenciação histórica e pré-colombiana. Assim, o termo colla derivaria da palavra Collasuyo, que designava um dos quatro setores (distritos) do Império Inca, o qual correspondia, grosso modo, à atual região andina da Bolívia. Hoje, a palavra Colla designa os que são ou vêm do altiplano, isto é, os aimaras e quéchuas. Atualmente, a oposição entre os dois termos cristaliza a profunda e violenta crise que o país vem atravessando. Ela define-se na base de elementos políticos e econômicos e se expressa num antagonismo entre o ocidente e o oriente, equivalente à oposição entre as regiões altas (andinas, altiplânicas) e baixas, ou seja, entre Cambas e Collas (Souchaud; Baeninger, 2008).

A construção do discurso e da identidade “Cruceña - Camba”⁵

De acordo com Anders Bergholdt (1999), em um estimulante estudo sobre a construção da identidade cultural em Santa Cruz, existem grupos e forças vigorosas do movimento regionalista que se opõem à imigração da população do altiplano boliviano por temerem uma suposta “invasão” dos indígenas collas e o avassalamento da identidade cultural camba-cruceña, que, à diferença da identidade “Colla”, recorre a uma cosmovisão cristã, moderna e hispanista, com fortes traços conservadores e tradicionalistas. Esta identidade se alimenta da intolerância, do medo e do desconhecimento em relação ao “outro”, seja este o *colla* colonizador do ocidente, ou o “bárbaro” das selvas que circundam o departamento de Santa Cruz (Miertembaun; Saucedo, 2011). Para Bergholdt (1999, p.151-152):

En el discurso ideológico del cruceñismo, la cruceñidad es todo aquello que es “no-colla” [...] El cruceñismo es principalmente dirigido en términos ideológicos por personas de la clase alta dominante. La mayoría de ellos pertenece a uno o más de los mecanismos informales en Santa Cruz, tales como son las fraternidades, comparsas, las logias, y algunos también tienen una pertenencia directa o indirecta a los Comités Cívicos.

O hino cruceño enaltece esta cosmovisão hispanista e colonial: “La España grandiosa con hado benigno aquí plantó el signo de la Redención. Y surgió a su sombra un pueblo eminente de límpida frente de leal corazón”⁶. Os cruceños são representados como os descendentes diretos dos espanhóis e racialmente superiores aos “índios semicivilizados” que habitam as terras altas (Whitehead, 1973). As ações e o discurso ideológico do regionalismo cruceño se enquadram em termos abertamente racistas contra as populações indígenas do altiplano.

Se hacía referencia a Evo Morales como un “indio de mierda” o una “llama de mierda”. Los panfletos distribuidos en Santa Cruz presentaban a la Constitución de 2009 como el presagio de una revolución india que vería al rico departamento “Camba” invadido por ejércitos de “ponchos rojos” del altiplano, empeñados en confiscar la propiedad privada, destruir las instituciones civilizadas y cumplir con las órdenes del gobierno del MAS para convertir al país en un estado vasallo de la Venezuela “comunista” (Goodale, 2021, p. 53).

Dessa maneira, o cruceñismo, base ideológica do movimento regionalista em Santa Cruz, expressa um sistema de oposições, sintetizado da seguinte forma por Miertembaun e Saucedo (2011, p. 173): “todo aquello que se huele, se siente o se ve como originario, indígena, campesino es sospechosamente ‘anti-cruceño’. [...] Y todo aquello que se huele y se siente como ‘moderno’ occidental es ‘pro-cruceño’”. De acordo com Wilfredo Plata (2008, pp. 102-103),

⁵ Segundo o Dicionário Enciclopédico Cruceño, o termo Camba foi usado pelos povos indígenas Chiriguano como um tratamento afetuoso entre si e, por isso, muitos moradores de Santa Cruz, sustentam a ideia de que camba significa “amigo” em guarani. Mas, a palavra sempre teve uma conotação depreciativa. No século XIX, camba era sinônimo de “bárbaro” e geralmente era aplicado aos camponeses, às pessoas que desenvolviam trabalhos manuais, e aos trabalhadores mestiços. Atualmente, a palavra camba designa os habitantes do Oriente boliviano para diferenciá-los do “colla”. Em termos gerais, Camba e Colla são termos geográficos e culturais aplicados a povos do Oriente (camba) e do Ocidente da Bolívia. Dentro de ambos os grupos há uma grande diversidade étnica (Boschetti e Claros, 2008).

⁶ HINO a Santa Cruz. La Patria, 06 ago 2013. Disponível em: <https://impresa.lapatria.bo/noticia/152930/himno-a-santa-cruz>. Acesso em 01/08/2024.

Las elites radicales de Santa Cruz de la agrupación Nación Camba⁷ han señalado que el Oriente de las tierras bajas es para los cruceños (blanco-mestizos) y el Occidente andino para los indios. La configuración de estos dos discursos políticos con características étnicas contrapuestas es el rasgo más importante del debate político en la Bolivia contemporánea.

Para a pesquisadora francesa Zeline Lacombe (2007) este fenômeno pode ser descrito como um regionalismo de cima para baixo, guiado por atores locais economicamente dominantes, ainda que aberto à representação de uma ampla variedade de interesses e grupos sociais. O Comitê Cívico constitui-se, sobretudo, como sendo uma instituição de elite, que se apoia em dois poderosos grupos de pressão: a federação de empresários privados de Santa Cruz (que reúne as câmaras de indústria, comércio, agricultura etc.) e a federação de profissionais liberais (como os Colégios de Médicos, Engenheiros, Arquitetos e Advogados). Neste entramado social, o Comitê Cívico atua como guardião da identidade e da institucionalidade, funcionando como uma espécie de “governo moral dos cruceños” e aparato político-ideológico que lidera as lutas regionais (Lavaud, 1998). Esta ampla representação permitiu ao regionalismo cruceño estruturar um discurso capaz de produzir e conservar a hegemonia destas elites econômicas e políticas, por meio da utilização de um conjunto de mitos, tradições e símbolos culturais, capazes de produzir um pensamento legitimador da sua liderança e condução de um bloco político-social heterogêneo. Ao construir uma hegemonia regional conservadora capaz de conjugar valores tradicionais cristãos com o liberalismo econômico e “la tradicional ideología de la cruceñidad con valores empresariales, de iniciativa y audacia pioneras” (Lavaud, 1998, p. 293). Esta identidade social do cruceño “se politiza y se amplía, convirtiéndose en una identidad regional por medio del concepto de la cruceñidad” (Argirakis, 2011, n.p).

La elite de Santa Cruz ha logrado imprimir un sello de fuerte identidad regional, aceptado por la mayoría de la población; la cruceñidad (en el ámbito ideológico cuando se habla de defensa los intereses regionales), lo cambia en el ámbito cultural (denominación con la que se auto identifican los habitantes de la región) son términos presentes en el imaginario colectivo (Vasquez, 2015, p. 18-19).

Este discurso se expandiu a diferentes setores e grupos sociais em permanente oposição às identidades dos povos e nacionalidades indígenas do ocidente (Pena, 2009). De acordo com Gaya Makaran, esta oposição ampliou-se, sobretudo, quando

las masas indígenas-populares cerraban carreteras y cercaban ciudades altiplánicas durante la famosa Guerra del agua de 2000 y la Guerra del gas de 2003 [...] Así, aparece en el escenario nacional boliviano el discurso de lo “camba”, confrontado a muerte con lo “colla”, donde lo primero se refiere a los habitantes de los departamentos orientales, selváticos, que se autodenominaron “la media luna”, y lo segundo, al mundo andino, sobre todo, indígena (Makaran, 2010, p. 113-114).

⁷ O Movimento Nação Camba de Liberação (MNC-L) surgiu em 2001 e se descreve como um grupo apolítico. Propõe um projeto de autonomia regional que transborda os limites departamentais e se estende aos departamentos vizinhos de Pando, Beni e Tarija. Em seu Memorando de 14 de fevereiro de 2001, o movimento alertou para a necessidade de um instrumento ideológico “que confirme nossa autoestima como uma coletividade diferenciada e repense publicamente nossa identidade como povo-nação” (Assies, 2006, p. 97).

Nas primeiras décadas do século XXI, em particular após a emergência do movimento indígena e a ascensão de um líder sindical de origem Aymara ao poder, o discurso regionalista consolidou-se por meio do binômio identidade cruceña-camba e a demanda por autonomia departamental (Hasbun, 2003; Pena, 2009; Lacombe, 2007; Plata, 2008). Esta oposição política e ideológica consolidou-se entre os anos 2000 e 2005 a partir do contexto de crise geral do Estado boliviano e do início do “Ciclo rebelde” que resultou na eleição de Evo Morales como presidente da Bolívia, em dezembro de 2005 (Cabezas, 2005).

O Comitê Cívico frente ao governo Evo Morales

Na virada do século XX para o XXI, a Bolívia foi cenário de uma profunda crise e recomposição do sistema político-partidário, simbolizado pelas clivagens regionais, territoriais e étnicas (Molina, 2008; Errejón, 2011). A chegada de Evo Morales à presidência provocou uma radical mudança no bloco de poder. O mapa político boliviano revelou assim uma intensa espacialização e territorialização do conflito e do comportamento eleitoral, em que ambos os blocos se enfrentaram por impor seu projeto de reordenamento e refundação do país, em torno a dois projetos políticos antagônicos: o primeiro representado pelo governo Evo Morales, de caráter nacional-popular-indígena, e o segundo representado pela oposição regional conservadora, hegemônica pelas elites cruceñas (Crabtree, 2009; Errejón, 2011; Eaton, 2011). De acordo com Fernando Mayorga,

En la primera gestión de Evo Morales (2006-2009), la fuerza oligárquico liberal se expresó en la conformación de una coalición opositora entre prefectos opositores, Comités Cívicos y bancadas parlamentarias que promovió las autonomías departamentales como alternativa al modelo de Estado Plurinacional impulsado por el oficialismo [...] La identidad regional fue enarbolada como antítesis de la identidad indígena y las protestas opositoras adquirieron un carácter racista durante el proceso constituyente, lo que denotó el carácter señorial de la tendencia oligárquico liberal. La demanda autonomista se combinó con una defensa del neoliberalismo. Esto se debió a que la oposición rechazó la nacionalización de los hidrocarburos, ya que ampliaba el rol del Estado en la economía y reforzaba el centralismo gubernamental (Mayorga, 2021, p. 81).

Esta foi a tônica dos conflitos entre o governo Evo Morales e o regionalismo cruceño entre os anos 2006 e 2008, cujas demandas por maior autonomia departamental colidiam com as reivindicações dos povos e nacionalidades indígenas por autonomia jurídica, política, cultural e administrativa dos seus territórios. A vitória eleitoral de Evo Morales despertou uma profunda desconfiança e oposição das elites econômicas cruceñas, que, “para no perder esos privilegios [...] han construido un agresivo discurso regionalista separatista de tinte étnico, bajo el nombre de autonomías” (Plata, 2008, p.162). O temor à nacionalização dos recursos naturais e a realização de uma reforma agrária no Oriente boliviano provocaram uma radicalização destas mesmas elites. A demanda por autonomia departamental foi o eixo que articulou o enfrentamento contra o governo Evo Morales e respondia “a la desesperada búsqueda de control del territorio y sus recursos naturales para promover su modelo de acumulación y asegurar su sobrevivencia en el mediano plazo” (Soruco, 2008, p. 91).

Nos primeiros três anos do governo Evo Morales, a Bolívia esteve imersa em uma espiral de polarização política e social que alcançou o seu ápice em agosto de 2008⁸, quando as principais instituições do Estado boliviano situadas no departamento de Santa Cruz foram tomadas por partidários do Comitê Cívico e da União Juvenil Cruceñista (Pena, 2009). A polarização política, social, territorial e étnica se deu em torno a estes dois projetos diametralmente opostos. Os conflitos entre o governo e o Bloco Cívico Regional alcançaram níveis intensos de violência política⁹ e radicalização (Claros, 2009; Bolívia, 2008).

Este cenário de emergência e fortalecimento de novos atores políticos, em detrimento dos partidos tradicionais¹⁰, provocou uma importante recomposição do campo político boliviano (Ballivián, 2016; Mayorga, 2004), não apenas entre as forças de esquerda e/ou indianistas/indigenistas, mas, sobretudo, entre as organizações e partidos identificados com a direita ou “nova” direita radical. No espectro político à esquerda, o Movimento ao Socialismo (MAS)¹¹ e o seu principal dirigente, Evo Morales, consolidaram-se como os principais porta-vozes das aspirações e demandas dos movimentos sociais indígenas e camponeses, substituindo as tradicionais organizações da esquerda, como o Partido Comunista da Bolívia (PCB)¹², o Partido Operário Revolucionário (POR)¹³ e o Movimento Indígena Pachakuti (MIP)¹⁴. No

⁸ Em setembro de 2008 ocorreu nos departamentos do oriente do país, com especial virulência em Santa Cruz, levantamentos contra o Estado central e o governo, protagonizados por grupos juvenis vinculados ao Comitê Cívico e financiados por círculos empresariais regionais.

⁹ Em setembro de 2008, após o referendo revocatório, que ratificou Evo Morales na presidência com 67,41%, os governadores e os Comitês Cívicos, apoiados pela elite econômica cruceña, buscaram desestabilizar o governo, com grandes mobilizações nos departamentos do Oriente, com ocupações de instituições e prédios públicos. Em setembro de 2008, no departamento de Pando, os enfrentamentos culminaram com o Massacre de Porvenir, em que 13 camponeses filiados ao MAS foram assassinados. A crise política foi parcialmente resolvida com um pacto entre o governo e a oposição no Congresso Nacional. O acordo possibilitou a aprovação da nova Constituição em plebiscito nacional, com 61,43% de apoio. Em dezembro de 2009 se realizaram novas eleições presidenciais e Evo Morales foi reeleito com 64,2%, sendo novamente eleito, em outubro de 2014, com 61,36%.

¹⁰ Nos referimos aos três partidos que governaram a Bolívia por meio de pactos e acordos eleitorais entre os anos de 1985 e 2005. 1) O Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) fundado em 1971, durante o governo do militar nacionalista, Juan José Torres. O MIR formou-se a partir da fusão de três agrupamentos: Militantes da Juventude do Partido Democrático Cristão Revolucionário da Bolívia (PDCR); intelectuais do grupo “Espártaco” oriundos do MNR e militantes da esquerda independentes. Após o golpe de Hugo Banzer, em 21 de agosto de 1971, o partido passou à clandestinidade, sendo refundado em setembro de 1971 por Jaime Paz Zamora e Antonio Aranibar. Nos anos 1970, o MIR tornou-se um dos principais partidos da esquerda boliviana, com grande influência no movimento operário e nas universidades. Após a redemocratização, o MIR participou ativamente da construção da frente de esquerda, UDP. Seu principal dirigente, Paz Zamora, foi eleito presidente em 1989. A partir dos anos 1990, com o processo de social democratização do partido, ocorreram várias divisões e rupturas (Movimento Bolívia Livre e Unidade Nacional). 2) A Ação Democrática Nacionalista (ADN) fundada em março de 1979 pelo ditador Hugo Banzer (1971-1978). Este partido, durante 25 anos, foi o tradicional representante da direita conservadora boliviana. Em sua fundação, ADN incorporou frações do antigo PIR e da FSB. Como líder histórico da ADN, Hugo Banzer participou como candidato a presidente nas eleições de 1979, 1980, 1985, 1989, 1993 e 1997, sendo eleito presidente nesta última. Nas eleições de 2005, a ADN se incorporou à frente política Poder Democrático Social (PODEMOS) que teve como candidato o ex-presidente Jorge Tuto Quiroga. 3) O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) fundado em 1941 por setores urbanos pertencentes à pequena burguesia, comerciantes e profissionais liberais. Era um partido formado basicamente em torno à crítica à oligarquia mineira e aos proprietários de terras. Após a Revolução Nacional de 1952 o MNR assumiu a presidência com Victor Paz Estensoro.

¹¹ O Movimento ao Socialismo é um partido político que surgiu a partir da emergência dos movimentos sociais indígenas e camponeses no início dos anos 1990. No encontro de fundação, em 27 de março de 1995, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, estiveram presentes indígenas, camponeses, intelectuais, movimentos sociais do campo e da cidade. O MAS construiu-se como alternativa ao neoliberalismo e em oposição à criminalização dos cultivos da folha de coca.

¹² O Partido Comunista Boliviano foi fundado em 17 de janeiro de 1950 a partir de uma divisão do Partido de Esquerda Revolucionária (PIR). Entre os fundadores se encontravam jovens militantes que décadas depois seriam importantes intelectuais e dirigentes operários como: Sergio Almaraz Paz, Mario Monje Molina, Jorge Ballón Sanjinés, Jorge Ovando Sanz, Néstor Taboada e Simón Reyes. No início dos anos 1980, o PCB formou parte da frente de esquerda, Unidade Democrática e Popular

espectro político à direita, os Comitês Cívicos, sobretudo àqueles situados no Oriente boliviano (Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija) assumiram o protagonismo nos embates contra o governo Evo Morales, substituindo os “velhos” partidos tradicionais. De acordo com Claudia Pena Claros, “El Comité Pro Santa Cruz gana legitimidad y representatividad a partir de octubre de 2003, enarbolando la bandera de la identidad cruceña para presentar reivindicaciones políticas al Estado central” (Claros, 2007, p. 140).

Frente à emergência dos povos indígenas na vida política nacional, o departamento de Santa Cruz retomou as demandas regionais contra o “centralismo estatal andino”, promovendo, a partir dos anos 2000, uma série de mobilizações e conflitos em torno às demandas por autonomia política, financeira e administrativa dos departamentos do Oriente boliviano. De acordo com Hervé Do Alto e Belinda Fontana (2013, p. 24),

el Renacimiento de un movimiento autonómico en el Oriente, que desemboca em una serie de movilizaciones populares em favor de una reconducción del proceso de descentralización mediante la implementación de la autonomía departamental. Otra vez alejadas del proceso político nacional, una vez más enarbolando la bandera del autonomismo: tal es el nuevo giro estratégico de las elites cruceñas a inicios del siglo XXI.

Como mecanismo de reação e conservação, o regionalismo cruceño estruturou um discurso que permitiu às elites do Oriente conservar e reproduzir sua hegemonia interna sob um agregado social marcadamente heterogêneo (empresários industriais, pequenos comerciantes, trabalhadores assalariados, grandes proprietários rurais, entre outros setores) em oposição ao governo “indígena” e ao “novo” Estado Plurinacional. Durante este ciclo, presenciamos um processo de acumulação política e ideológica das elites regionais cruceñas que assumiram o discurso “autonomista” como estratégia política, elevando o pertencimento regional a uma condição central.

O Comitê Cívico e a crise política de outubro-novembro de 2019

Uma relativa trégua e estabilidade política se estabeleceu entre os anos 2009 e 2015, o que contribuiu para o arrefecimento dos conflitos. Durante este período se aprovou a nova constituição boliviana¹⁵ e o presidente Evo Morales foi reeleito com aproximadamente 64% dos votos, em dezembro de 2009

(UDP) e do governo de Siles Suazo (1982-1985). Entre 1989 e 1997 fez parte da frente Esquerda Unida, ingressando posteriormente no MAS.

¹³ O Partido Operário Revolucionário é uma organização de orientação trotskista fundada em junho de 1935. Em 1938, este partido aderiu a organização comunista Quarta Internacional, fundada pelo revolucionário russo Leon Trotsky. A partir dos anos 1940, o POR conseguiu ampliar sua influência entre os trabalhadores mineiros bolivianos, organizados na Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB). O principal dirigente do partido, Guillermo Lora, redigiu o principal documento programático do movimento operário boliviano, a famosa Tese de Pulacayo, aprovada no congresso extraordinário da FSTMB, em dezembro de 1946.

¹⁴ O Movimento Indígena Pachakuti (MIP) é a organização político-eleitoral fundada no ano 2000. Seu principal dirigente político foi o líder indígena Felipe Quispe (1942-2021).

¹⁵ A nova Constituição, aprovada em janeiro de 2009, afirma no Artigo 1º que “A Bolívia se constitui em um Estado Unitário, Social, de Direito, Plurinacional, Comunitário, Livre, Independente, Soberano, Democrático, Intercultural, Descentralizado e com Autonomias. Bolívia se funda na pluralidade e no pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico, dentro do processo integrador do país. Artigo 2. Dada a existência pré-colonial das nações e povos indígenas originários camponeses e seu predomínio ancestral sobre seus territórios, se garante sua livre determinação no marco da unidade do Estado, que consiste no seu direito à autonomia, ao autogoverno, a sua cultura, ao reconhecimento de suas instituições e à consolidação de suas entidades territoriais” (CPE, 2009).

(Mayorga, 2021). Diante da crescente força política e eleitoral de Evo Morales no departamento de Santa Cruz, e do realinhamento das elites regionais cruceñas com o governo nacional, o Comitê Cívico perdeu protagonismo e capacidade de mobilização (Rosnes, 2010). Contudo, a partir de fevereiro de 2016, com a realização do Referendo Constitucional, quando o então presidente, Evo Morales, pretendeu uma mudança na constituição com o objetivo de permitir uma nova reeleição, houve um retorno da polarização. A derrota do governo no referendo¹⁶ e a posterior decisão do Tribunal Constitucional de habilitar a candidatura de Morales, provocou um agravamento da crise política e a retomada dos conflitos. De acordo com Fernando Mayorga,

El campo oligárquico liberal renovó fuerzas a partir de la victoria del No en el referéndum constitucional realizado en febrero de 2016. Esa consulta tenía como objetivo la habilitación de Evo Morales para su postulación a una tercera reelección presidencial y, ante su derrota, el MAS optó por otras vías legales para lograr su propósito [...] Como aconteció entre 2006 y 2009, el movimiento cívico asumió un rol protagónico bajo el liderazgo del Comité Cívico Pro Santa Cruz, que comandó las acciones dirigidas al derrocamiento de Evo Morales en noviembre de 2019 (Mayorga, 2022, p. 81-82).

Ao ignorar o resultado do Referendo e insistir na postulação de Evo Morales o governo perdia, assim, a batalha discursiva pelo sentido da democracia (Mayorga, 2020), permitindo que setores da sociedade civil, hegemonzados pelas classes médias urbanas concentradas nas grandes cidades do país, mobilizassem o discurso de defesa da “democracia” contra os arroubos “autoritários” do governo. Os dias posteriores à eleição de 20 de outubro de 2019 foram marcados por multitudinárias mobilizações nas principais cidades do país. Os setores mobilizados denunciavam uma suposta “fraude eleitoral” promovida pelo governo e o Tribunal Superior Eleitoral. A suspensão temporária da Transmissão dos Resultados Eleitorais Provisórios (TREP) ampliou a narrativa da oposição ao deslegitimar o processo eleitoral frente à opinião pública e desconhecer a vitória de Evo Morales¹⁷. A jornada eleitoral de 20 de outubro de 2019 finalizou com violentos enfrentamentos e a queima dos Tribunais Eleitorais Departamentais por simpatizantes do candidato opositor e grupos extremistas como a União Juvenil Cruceñista (UJC) e a Resistência Juvenil Cochala (RJC). De acordo com Maria Tereza Zegada,

En medio de la tensión, un cabildo cívico en Santa Cruz le otorgó al presidente del Estado 48 horas para que renuncie. Esta iniciativa dio lugar a un viaje del presidente del Comité Cívico Pro Santa Cruz, Fernando Camacho, a la sede de gobierno con una carta para entregársela personalmente a Evo Morales y pedirle su renuncia (Zegada, 2022, p. 44).

¹⁶ Em fevereiro de 2016 ocorreu o Referendo Constitucional destinado a consultar acerca da modificação de um artigo constitucional para viabilizar uma nova postulação de Evo Morales. Evo Morales e o MAS perderam o Referendo por uma pequena margem de votos (51,3% contra 48,7%). No entanto, uma decisão do Tribunal Constitucional decidiu habilitar a candidatura de Evo Morales para uma nova reeleição, em claro desrespeito aos resultados do referendo.

¹⁷ Segundo o Órgão Eleitoral Plurinacional (OEP), “el partido Movimiento al Socialismo de Evo Morales obtuvo 47,08% de los votos, mientras que Comunidad Ciudadana del candidato Carlos Mesa obtuvo 36,51%. Si restamos esos números nos encontramos que Morales tiene una ventaja sobre Mesa superior a los 10 puntos. Y la ley electoral de Bolivia establece que no se va a una segunda vuelta cuando el primer candidato obtiene más del 40 % de los votos y hay diferencia entre el primer y el segundo candidato superior al 10% de los votos escrutados” (Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2019/10/25/tribunal-supremo-de-bolivia-completa-el-100-del-conteo-electoral/>).

A cidade de Santa Cruz de la Sierra transformou-se no cenário principal das mobilizações, e o Comitê Cívico, presidido por Luis Fernando Camacho¹⁸, “baluarte en la defensa de los intereses de las élites cruceñas tomó centralidad en la lucha frente al Gobierno central” (Marca, 2020, p. 155). O líder cívico “adquiría cada día más protagonismo en esa lucha. Su discurso empezó a mezclar elementos religiosos y políticos. También era el que se mostraba más radical frente al Gobierno de Morales (Marca, 2020, p. 155). No decorrer da crise política,

el CPSC logró articular a instituciones cívicas de otros departamentos y a las plataformas ciudadanas que emergieron, muchas de ellas, en el contexto de la convocatoria al Referéndum Constitucional (febrero, 2016). Por otra parte, el cambio de la directiva en el CPSC, a raíz de la posesión de Luis Fernando Camacho, otorgó más dinámica al ente cívico y, a la vez, una mayor virulencia en sus acciones dirigidas a frenar la candidatura de Morales a las elecciones del 20 de octubre del 2019 (Mayorga, 2020).

Luis Fernando Camacho soube apropriar-se do discurso democrático, e, por meio de uma liderança carismática conectou-se com os jovens pertencentes às classes médias e os grupos paramilitares de extrema-direita como a já citada UJC e a RJC, que não se sentiam representados pela direita tradicional boliviana e cruceña (Deheza, 2024). Para tanto, utilizou-se de uma estratégia discursiva de demonização do governo Evo Morales, representado em seus discursos, como “anticristão” e “satanista”, por oferecer rituais e cultos à Pacha Mama, e reverenciar outros símbolos indígenas como a Wiphala: “há uma diferença entre o que é esse governo e o que é este Comitê Cívico. Eles carecem do que nos sobra, que é a fé em Deus, e essa fé é a que nos conduz em todas as decisões” (Money Bolivia, 2019).

O líder cruceño, representante da ala mais conservadora e radical da oposição, cumpria, assim, um mandato “divino” ao expulsar o “comunismo” e “trazer a bíblia de volta ao palácio do governo” (Goldstein, 2020). Ao mobilizar um discurso com forte apelo religioso e uma narrativa messiânica, Camacho credenciou-se como uma espécie de “Bolsonaro boliviano” (Miranda, 2019). Durante a paralização cívica de 04 de novembro de 2019, na condição de principal orador do ato, Fernando Camacho conclamou as milhares de pessoas que estavam concentradas aos pés do Cristo Redentor, na zona central da cidade de Santa Cruz de la Sierra, a exigir a renúncia de Evo Morales:

Esta noche tenemos que dirigirnos a otro tirano que se ha referido al pueblo boliviano, y es (Nicolás) Maduro: decirle que este pueblo no recibe órdenes ni de Cuba, ni de Venezuela, ni de Norteamérica [...] Se nos agotó la paciencia, por eso con el movimiento cívico y las plataformas a nivel nacional hemos decidido radicalizar el paro cívico nacional indefinido [...] Yo personalmente le voy a llevar esa carta (de renuncia) el día de mañana a la ciudad de La Paz, que sepa que no estoy yendo con las armas, voy con mi fe y mi esperanza, con una Biblia en mi mano derecha y su carta de renuncia en la mano izquierda [...] Dios vuelve a Palacio en los próximos días, por ello me voy mañana en la tarde y tengo fe que vuelvo a Santa Cruz con su renuncia firmada (Cuiza, 2019).

¹⁸ Luis Fernando Camacho, conhecido como o “Bolsonaro boliviano” é um empresário e ex-presidente do Comitê Cívico de Santa Cruz. Esta organização teve um papel fundamental durante as mobilizações que derrubaram Evo Morales. Camacho ficou conhecido por entrar no Palácio de Governo, logo após a renúncia de Evo Morales, portando uma bíblia. No dia 29 de novembro de 2019 renunciou ao cargo de presidente do Comitê Cívico e anunciou sua candidatura a presidente da Bolívia nas eleições de 18 de outubro de 2020 (Goodale, 2021).

Diante da crescente onda de violência, o governo comprometeu-se a aceitar os resultados da auditoria realizada pela OEA¹⁹ e convocar novas eleições. Contudo, o aprofundamento da crise política e a “sugestão” das Forças Armadas precipitaram a renúncia de Evo Morales (Murillo e Levitsky, 2019). No evento de posse da nova presidenta de fato, Jeanine Áñez, Camacho se posiciona como o líder responsável por derrubar o presidente Evo Morales e devolver a bíblia ao palácio:

Nós tínhamos a esperança de que a Bíblia volte ao palácio, de ter um presidente democrático, mas, sobretudo, a esperança de que a paz volte ao nosso país. A liberdade foi recuperada [...] Esta é a mensagem que temos a todos os bolivianos. Da fé que colocamos em Deus, da fé que colocamos nos bolivianos, de conseguir uma nova esperança para todos (CNN en Español, 2019).

O caráter “inédito” das mobilizações que sacudiram o país logo após as eleições de 20 de outubro de 2019 suscitou importantes debates no interior das ciências sociais latino-americanas. De acordo com Murillo e Levitsky (2019), “o abrupto final da terceira presidência de Morales gerou inumeráveis debates sobre sua natureza”. Para interpretar estes eventos, recorremos aos critérios estabelecidos pelos cientistas políticos Andrés Malamud e Leiv Marsteindredet (2019), quando definem a existência de três fatores que caracterizam um golpe de estado: “o alvo é o chefe do Estado ou Governo, o perpetrador é outro agente estatal (frequentemente, os militares) e o procedimento é ilegal, ainda que não necessariamente violento”. Segundo Malamud e Marsteindredet:

Un golpe de Estado es la interrupción inconstitucional de un jefe de Gobierno por parte de otro agente estatal y en Bolivia se interrumpió el mandato del presidente, no hubo destitución parlamentaria sino una renuncia forzada por una “sugerencia” y las fuerzas armadas fueron las que terminaron de definir la situación. Además, el accionar militar no se justifica por las irregularidades detectadas por la OEA porque Morales ya había acatado el informe y convocado nuevas elecciones (La Nación, 2019).

A queda do governo contou com o respaldo dos organismos internacionais (OEA, a ONU e a União Europeia), das principais instituições nacionais (Igreja Católica, Polícia Nacional e as Forças Armadas) e dos governos do Brasil, EUA, Argentina e Colômbia (Argirakis, 2022). Os acontecimentos políticos de outubro-novembro de 2019 marcaram o retorno à presidência das antigas frações da classe dominante boliviana, alijadas do poder político desde 2006, o realinhamento político e econômico da Bolívia ao governo norte americano em detrimento das relações privilegiadas que o governo Evo Morales construiu com a China e a Rússia e o desmonte das conquistas do Processo de Cambio, estabelecidas com a Nova Constituição Política (Mayorga, 2020).

¹⁹ A narrativa da fraude eleitoral foi corroborada pela Organização dos Estados Americanos (OEA). O Informe da OEA apontou um conjunto de ações e omissões que “tuvieron lugar durante el proceso electoral y que definitivamente impactaron en la certeza, la credibilidad y la integridad de los resultados de los comicios del 20 de octubre de 2019” (OEA, 2020, p. 3). O informe da OEA foi imediatamente questionado pelo governo e um grupo de expertos vinculados ao Centro de Investigación em Economía e Política (CEPR) cujo documento rebatia as principais acusações levantadas pela OEA (CEPR, 2020).

Considerações finais

A Bolívia é um país territorial e regionalmente fragmentado. As raízes desta fragmentação podem ser explicadas por três processos: a heterogênea e abigarrada formação da sociedade, a fragilidade das classes dominantes e a conseqüente debilidade e incapacidade do Estado central em articular um projeto de integração nacional de caráter hegemônico. Esta realidade nos permite compreender os elevados índices de conflitividade e instabilidade política e institucional do país. Diferentes grupos e regiões interpelam o Estado por demandas de maior autonomia política, administrativa e cultural, sendo o caso mais emblemático o persistente conflito regional envolvendo o Departamento de Santa Cruz, cenário de constantes e massivos movimentos regionalistas e autonomistas. Neste departamento, as demandas regionais por autonomia foram articuladas em torno a um poderoso discurso de afirmação da “identidade camba-cruceña”. Este discurso, mobilizado pela classe dominante cruceña, tem como objetivo produzir, conservar e reproduzir a sua hegemonia interna sobre um agregado social marcadamente heterogêneo. Sob a direção de aparatos ideológicos e políticos como o Comitê Cívico Pro Santa Cruz e a União Juvenil Cruceñista, as elites cruceñas forjaram um projeto político conservador em contraposição ao Estado Plurinacional, ao “ocidente do país” e aos Collas (identificados com o “atraso”, a “ignorância” e a “conflitividade”).

Durante o governo Evo Morales (2006-2019), o Comitê Cívico constituiu-se no núcleo articulador da oposição ao governo, combinando demandas e reivindicações de caráter regional e corporativista com uma agenda política conservadora, marcada por um forte discurso antimasista, anticomunista, tradicionalista e religioso. O Comitê Cívico cumpriu um papel decisivo na crise política de outubro-novembro de 2019 ao deslocar as mobilizações e os movimentos de oposição ao governo para posições radicais e rupturistas que resultaram no golpe de Estado contra o ex-presidente Evo Morales. Por fim, o discurso e a ação do Comitê Cívico Pró Santa Cruz aproximam esta organização dos “novos” fenômenos da direita radical na América latina e no mundo.

Bibliografia

- Anaya, Mario Rolón (1996). *Política y partidos en Bolivia*. La Paz: Editorial Juventud.
- Antunes, Patu (12 de noviembre de 2019). Percebi pela mãe que ele odiava Evo, conta jornalista que morou com Camacho. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/percebi-pela-mae-que-ele-odiava-evo-conta-jornalista-que-morou-com-camacho.shtml>. Acesso em: 25 de ago. 2024.
- Argirakis Jordan, Helena (2011). “El Comité Cívico Pro Santa Cruz como aparato ideológico de la élite cruceña”. *Mojón* 21, n. 1, marzo, pp. 42-46.
- ____ (2016). *La reconfiguración del campo político cruceño: de la lucha interhegemónica a la lucha intrahegemónica*. Santa Cruz: Ministerio de Autonomías.
- ____ (2022). “El golpe de Estado combinado en Bolivia”. In DÍAZ-CUÉLLAR, Vladimir; Claros, Luis. *Crisis Política En Bolivia 2019-2020*. La Paz: Plural Editores, pp. 169-194.
- Assies, Willem (2006). “La ‘media luna’ sobre Bolivia: nación, región, etnia y clase social”. In: *América Latina Hoy*, n. 43, pp. 87-105.
- Ballivián, Salvador Romero (2016). “El sistema de partidos en Bolivia (1952-2015): del partido hegemónico al partido predominante”. In Freidenberg, Flavia (ed.). *Los sistemas de partidos de América Latina (1978-2015)*. México, Instituto Nacional Electoral e Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM.
- Ballivián, Salvador Romero (2011). “El sistema de partidos boliviano: un paseo por sus tiempos y lugares”. In: Luis García Orellana y Fernando García Yapur (coords.). *Mutaciones del campo político en Bolivia*. La Paz: PNUD.

- Barragán, Rossana (2009). “De Hegemonías y ejemonías: una perspectiva histórica sobre los recursos del Estado”. In: Crabtree, John, George Gray Molina y Laurence Whitehead (ed.). *Tensiones irresueltas. Bolivia, pasado y presente*. Plural Editores, La Paz.
- Bolivia (2009). *Defensor del Pueblo Observando el racismo*. Racismos y regionalismos en el proceso autonómico: hacia una perspectiva de clase. Defensor del Pueblo; Universidad Cordillera. La Paz: Defensoría del Pueblo: Universidad de la Cordillera.
- Claros, Claudia Peña (2007). “La conformación histórica del poder y las elites en Santa Cruz”. In: *Poder y Elites en Santa Cruz: Tres visiones sobre un mismo tema*. Santa Cruz de la Sierra: Cedure.
- Claros, Claudia Peña; Jordán, Nelson (2006). *Ser cruceño en octubre*. La Paz: Fundación PIEB.
- CNN en Español (12 de nov. de 2019). Luis Fernando Camacho: Hoy levantamos el paro cívico en Santa Cruz. YouTube. Disponible em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z9QtSfiLWac>. Acceso em: 25 de ago. 2024.
- Cuiza, Paulo (4 de noviembre de 2019). 15 frases del presidente cívico Luis Fernando Camacho en el cabildo cruceño. La Razón, La Paz. Disponible em: <https://www.la-razon.com/nacional/2019/11/04/15-frases-del-presidente-civico-luis-fernando-camacho-en-el-cabildo-cruceno/>. Acceso em: 25 de ago. 2024.
- Deheza, Pablo (26 de mayo de 2024). El ascenso del conservadurismo radical. La Razón, Santa Cruz. Disponible em: <https://www.la-razon.com/politico/2024/05/26/el-ascenso-del-conservadurismo-radical/>. Acceso em: 25 de ago. 2024.
- Eaton, Kent (2007). “Backlash in Bolivia: Regional Autonomy as a Reaction against Indigenous Mobilization”. *Politics Society* (35): pp. 71-102.
- _____(2011). “Conservative Autonomy Movements: Territorial Dimensions of Ideological Conflict in Bolivia and Ecuador”. *Comparative Politics* 43 (3): 291-310.
- Flores, Freddy Gonzáles (org.) (2003). *Comité Cívico pro-Santa Cruz: grupos de poder y liderazgo regional: análisis sociopolítico y cultural, 1980-2000*. La Paz: Fundación PIEB.
- Goodale, Mark (2021). “Dios, patria, hogar: Revelando el lado oscuro de nuestra virtud antropológica”. *Población & Sociedad [en línea]*, vol. 28(2), pp. 51-79.
- Hasbún, Paula Peña (2003). *La permanente construcción de lo cruceño*. Un estudio sobre la identidad en Santa Cruz de la Sierra. La Paz : Fundación PIEB.
- Lacombe, Zeline (2006). “Régionalisme par le haut. Transformations des formes d’organisation et de protestation d’un groupe d’intérêt à fortes ressources. Le cas du Comité pro Santa Cruz, Bolivie”. Thèse de doctorat de sociologie, Université Lille 1.
- _____(2007). “Identité et politique à Santa Cruz, Bolivie Articulations au service d’un projet politique régionaliste”. *Outre-Terre*, vol. 18, n. 1, pp. 273-294.
- _____(2005). *Le Comité pro Santa Cruz, organisation régionaliste à Santa Cruz en Bolivie*. Formes de protestation et opportunités politiques depuis 1982.
- La Nación (2020). Siete especialistas responden: ¿hubo golpe de Estado en Bolivia? 13 noviembre 2019. Disponible em <<https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/bolivia-es-golpe-estado-nid2306093>> Acceso em: 29 de jun de 2023.
- Lavaud, Jean Pierre (1998). *El embrollo boliviano*, La Paz: Cesu-IFEA-Hisbol.
- Levitsky, Steven; Murillo, María Victoria (2023). La tentación de los golpes de Estado en América Latina. Disponible em: <<https://www.nytimes.com/es/2019/12/02/espanol/opinion/levitsky-democracias-bolivia.html>>. Acceso em: 30 nov. 2020.
- Linera, Álvaro García (2008). *La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Makaran, Gaya (2010). *La Identidad Camba*. La Colmena 65/66.
- Malamud, Andrés (2020). ¿Se está muriendo la democracia? Disponible em: < <https://nuso.org/articulo/se-esta-muriendo-la-democracia/>>. Acceso em: 30 nov. 2020.

- Marca, Juan Pablo (2020). “Octubre y noviembre de 2019 en Bolivia: Una lectura desde Santa Cruz”. In: *Wiphalas, luchas y la nueva nación: Relatos, análisis y memorias de octubre-noviembre de 2019 desde El Alto, Cochabamba y Santa Cruz*. Círculo de Estudios Estratégicos de El Alto, Editorial Nina Katari, Revista *Willka*.
- _____(2014). *Discurso y hegemonía en el proceso autonómico cruceño (2001-2013)*. Santa Cruz, Bolivia: Cedure, PIEB, Jatupeando.
- Mariette, Maelle (2020). “Viaje al centro de la extrema derecha boliviana”. *Le Monde Diplomatique*, n. 253, julho.
- Marsteindtredet, Leiv; Malamud, Andrés (2020). Bolivia y democracias interrumpidas. 2019. Disponible em: <https://www.nuevospapeles.com/nota/24766-bolivia-y-democracias-interrumpidas>. Acceso em: 06 jun de 2023.
- Mayorga, Fernando (2020). *Mandato y Contingencia: Estilo de gobierno de Evo Morales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- _____(2016). Bolivia: Ciclo electoral 2014-2015 y mutaciones en el campo político. In: *Elecciones y legitimidad democrática en América Latina*. La Paz: CESU-UMSA; CLACSO; IESE; Plural Editores, pp. 205-233.
- _____(2022). Nuevo espacio político en Bolivia: Entre lo nacional popular y lo oligárquico liberal. In: *La democracia a prueba: Los años que votamos en pandemia en las Américas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO: UNR Editora.
- Mayorga, René Antonio (2004). “La crisis del sistema de partidos políticos: causas y consecuencias”. In: *Partidos políticos en la región andina: entre la crisis y el cambio*. Lima: IDEA, pp. 27-49.
- Medeiros, Gustavo; Wilfredo Plata y Ximena Soruco (2008). *Los barones del Oriente: el poder en Santa Cruz ayer y hoy*. Santa Cruz de la Sierra, Fundación Tierra.
- Miranda, Boris (11 novembro 2019). Quem é Luis Fernando Camacho, o “Bolsonaro boliviano” que despontou em meio à renúncia de Evo. *BBC News Brasil*. Disponible em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50354666>. Acceso em: 25 de ago. 2024.
- Molina, Fernando (2020). Bolivia, país de insurrecciones. *Brujula Digital*. Disponible em <<https://brujuladigital.net/opinion/bolivia-pais-de-insurrecciones>> Acceso em: 30 nov. 2020.
- _____(2019). La derecha apartidista boliviana forma una alianza electoral bajo el lema “Dios, patria, pueblo”. *El País*, La Paz. Internacional. Disponible em: https://elpais.com/internacional/2019/12/31/actualidad/1577812797_371360.html.
- _____(2020). “La rebelión de los blancos: Causas raciales de la caída de Evo Morales”. In: MAYORGA, Fernando (coord.). *Crisis y cambio político em Bolivia*. Octubre y noviembre de 2019 en Bolivia: la democracia en una encrucijada. La Paz: CESU-UMSS; Oxfan em Bolivia, pp. 141-162.
- _____(2019). Bolivia: ¿golpe o (contra)revolución? *Revista Nueva Sociedad*. Noviembre. Disponible em: <https://nuso.org/articulo/bolivia-golpe-o-contrarevolucion/>
- Money Bolivia (30 de septiembre de 2019). Entrevista con Luis Fernando Camacho, Presidente del Comité Pro Santa Cruz. Santa Cruz de la Sierra-SC. Facebook: Money Bolivia. Disponible em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=775552416211653. Acceso em: 25 de ago. 2024.
- Ostria, Gustavo Rodríguez (2011). *Estado, nación, región: Cochabamba y santa Cruz, 1826-2006*. Santa Cruz de la Sierra: Editorial e Imprenta Universitaria -Universidad Autónoma “Gabriel René Moreno”.
- _____(1993). *Poder central y proyecto regional*. Cochabamba y Santa Cruz en los siglos XIX y XX. Cochabamba: ILDIS-IDAES.
- Peña, Claudia (2009). “Un pueblo eminente. El populismo autonomista en Santa Cruz - Bolivia”. En: Tapia, Luis (coord.). *Democracia y teoría política en movimiento*. La Paz: Muela del Diablo Editores – CIDES/UMSA.
- Plata, Wilfredo (2008). “El discurso autonomista de las elites de Santa Cruz”. In: *Los Barones del Oriente: El poder en Santa Cruz ayer y hoy*. Santa Cruz: Fundación Tierra Regional Oriente.

- Prado, Fernando (2007). “Poder y Elites Hoy: Quiénes son y cómo ejercen su poder”. In: *Poder y Elites en Santa Cruz: Tres visiones sobre un mismo tema*. Santa Cruz de la Sierra: Cedure.
- Pruden, Hernán (2012) “Las luchas ‘cívicas’ y las no tan cívicas: Santa Cruz de la Sierra (1957-59)”. *Ciencia y Cultura*, n. 29, pp. 127-160.
- Roca, José Luis. (1999). *Fisonomía del Regionalismo boliviano*. La Paz: Plural.
- _____(2005). “Estatalidad: entre la pugna regional y el institucionalismo”. In: Barragán, R.; ROCA, J. L. *Regiones y poder constituyente en Bolivia: una historia de pactos y disputas*. Cuaderno de Futuro, La Paz, n. 21, p. 17-274, nov.
- _____(2009). “Regionalismo, revisitado”. In: CRABTREE, John, George Gray Molina y Laurence Whitehead (ed.). *Tensiones irresueltas*. Bolivia, pasado y presente. La Paz: Plural Editores.
- Rojas Vásquez, Víctor H. (2015). *Región y poder central en Bolivia: Santa Cruz de la Sierra, 1938-1971*. Santa Cruz de la Sierra: Biblioteca del Museo de Historia, Universidad Autónoma Gabriel René Moreno.
- Rodríguez, Isaac Sandoval (1995). “La cuestión regional en Santa Cruz”. In: *El poder de las Regiones*. Compilado por Fernando Calderón G. y Roberto Laserna. Ediciones Ceres – Clacso.
- Rosnes, Ane (2010). “La lucha del poder en tiempos de cambio. Un análisis del Comité pro Santa Cruz y Su oposición Al Gobierno Central boliviano (2006-2010)”. Tesis de Maestría. University of Bergen.
- Sandoval, Carmen Dunía (org.) (2003). *Santa Cruz: economía y poder: 1952-1993*. La Paz: Fundación PIEB.
- Seleme, Susana (1985). *Mito ideológico y democracia en Santa Cruz*. Santa Cruz: CIDCRUZ.
- Soruco, Ximena (2008). “De la goma a la soya: El proyecto histórico de la elite cruceña”. In: *Los Barones del Oriente: El poder en Santa Cruz ayer y hoy*. Santa Cruz: Fundación Tierra-Regional Oriente.
- Vespa, Hernando García (2004). *Fundación del Comité Pro Santa Cruz: Documentos*. Santa Cruz: Comité Cívico.
- Vidigal, Lucas (15 de noviembre de 2019). Entenda o que é a wiphala e como a questão indígena na Bolívia acirrou a crise política no país. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/15/entenda-o-que-e-a-wiphala-e-como-a-questao-indigena-na-bolivia-acirrou-a-crise-politica-no-pais.ghtml>.
- Zavaleta, René (1986). *Lo nacional popular en Bolivia*. Ciudad de México: Siglo XXI.
- _____(2009). “Las Masas en noviembre” [1983]. In: *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; CLACSO, pp. 207-262.
- Zegada, María Teresa (2022). “La crisis del sistema de representación política: Los partidos opositores al MAS en el interregno post y preelectoral (2019-2020)”. In: SOUVEREIN, Jan; EXENI José Luis (Eds.). *Nuevo Mapa de Actores en Bolivia: Crisis, Polarización e Incertidumbre (2019-2020)*. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, p. 35-75.